

DIOGO FIGUEIREDO PERFEITO

DIAS FERREIRA

O MORGADO
REPUBLICANO

(novela)

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO: Diogo Figueiredo Perfeito Dias Ferreira

TÍTULO: O Morgado Republicano

AUTOR: Diogo Figueiredo Perfeito Dias Ferreira

CAPA: Sítio do Livro, Lda.

1.ª Edição

LISBOA 2011

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Agapex

ISBN: 978-989-20-2337-3

DEPÓSITO LEGAL: 323758/11

© DIOGO FIGUEIREDO PERFEITO DIAS FERREIRA

PUBLICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Sítio do Livro, Lda.

Lg. Machado de Assis, Lote 2, Porta C – 1700-116 Lisboa

www.sitiodolivro.pt

NÓTULA INTRODUTÓRIA

Este livro é a nova versão de um antigo projecto meu, o qual, havendo sido escrito há cinco anos, acabou por não vingar.

Ainda assim, e porque a ideia do entrecho me não pareceu totalmente descabida, cá está, novamente, o Morgado, com um aspecto consideravelmente diferente daquele que, primitivamente, teve.

Maugrado o esforço de renovação e melhoramento, o texto continua a ser de diminuta qualidade. Ainda assim, espero que a intenção possa valer alguma coisa, quanto mais não seja para comemorar a República, completado que foi um século sobre a data da sua implantação em Portugal.

10 de Fevereiro de 2011

O Autor

PRIMEIRO CAPÍTULO

INTRODUÇÃO

Lisboa, 1868.

Por um doirado dia outonal, em que as árvores, que começavam de perder a sua copagem, ainda recebiam certas reminiscências da radiação do sol estival, passavam, na rua sonora e fétida, vultos múltiplos e distintos. Larga cópia de tipos populares se nos oferecia, então, à vista. Eram as varinas, de lenço à cabeça, sobre que sustentavam ampla canastra, soltando seus estrídulos pregões, de entre os quais pontificava o tão célebre «Ó viva da costa!». Mas também moços de recados, em um andar afanoso, amanuenses, razoavelmente trajados, e guardas, zelosos veladores da ordem pública. Adiante, junto de uma esquina, um andrajoso e pobre ceguinho dedilhava uma guitarra, cantando, com assombrosa plangência, seus tormentos. A seu lado, estava perfilado um rapazinho, de quem se

sabia, pela letra da cantiga, ser neto do cantador. O petiz segurava uma latinha muito velha e amolgada, onde os transeuntes que pudessem ceder alguns dinheiros (e que quisessem fazê-lo, claro está) depositavam uns cobses, poucos, no entanto, para evitar que aquele ancião encanecido e de longa barba alva e que aquele rapaz imberbe e magérrimo combatassem o fantasma da fome, dessa fome desoladora e fatal que, invariavelmente, envolve, de modo soturno, todo o pobre.

De quando em quando, passava alguma tipóia de praça, levando, no seu interior, abastados senhores. Diversas vendedeiras e mais gente ficavam, então, pasmando para o interior do habitáculo daqueles veículos, conjecturando sobre o *status* social dos ocupantes: seriam nobres, políticos, comerciantes, burgueses? Tudo isto poderiam, virtualmente, ser. Mas em algo se irmanavam, aqueles ilustres desconhecidos: nutriam amplo e claro desprezo pelo povo, pela «arraia-miúda», como dizia nosso Fernão Lopes.

E assim era Lisboa, pois, capital portuguesa. E assim também, por extensão e *mutatis mutandis*, o restante país.

Abstraindo-nos, agora, deste quadro que fizemos, tomemos, com as parcas economias que temos, uma dessas tipóias de praça de que falávamos atrás. Paguemos ao cocheiro, e indiquemos-lhe o destino pretendido.

- Mas qual é o destino? – estão-me perguntando os senhores leitores.

Eu respondo já, meus estimáveis compatriotas: vamos visitar a residência de D. António Maria de Mendonça e Castro, actual representante nobiliárquico de uma das mais ilustradas famílias lusas.

Sim, os Mendonça e Castro! Uma família de fina estirpe e de insopitável valor! Lembrar-vos-eis, porventura, de D. Geraldo Sanches de Sousa, venerável avoengo do senhor D. António Maria e uma das mais denodadas espadas que el-rei Afonso, o primeiro desta terra, houve a seu serviço? Ou de D.

Hermenegildo da Nóbrega e Mendonça, aquele valoroso sertanejo que desbravou locais de incensurável riqueza, nos tempos áureos d’el-rei D. Pedro II?

Pois poderíamos estar aqui mais uma hora, citando os inúmeros varões de elevado coturno que a casa de que ora curamos deu à nossa nobre Pátria! Pessoas cuja memória o tempo não faz olvidar.

No tempo em que a história que estamos narrando decorreu, o senhor D. António Maria de Mendonça e Castro era o último representante dessa tão distinta cepa de fidalgos. Haviam sido seus veneráveis progenitores D. Henrique Miranda de Mendonça e Castro e D. Ana da Trindade Pinheiro Nogueira da Fonseca. O primeiro, senhor de beirãs origens (mais exactamente, proveniente de Seia, singela e ilustre vila das faldas da Serra da Estrela), fora habitar a capital do Reino ainda jovem, pleno de conjecturas e de ideias que lhe possibilitariam, decerto, rendosos investimentos. Essa sua ambição incontida deu seus frutos. Ao considerável patri-

mónio de sua casa, logrou acrescentar três fábricas, assaz produtivas. Capitalista bem-sucedido, não mais tornou às suas raízes, por mor do seu matrimónio com a referida D. Ana da Trindade, senhora da mais fina fidalguia lisboeta.

Foi uma comunhão feliz, a daquele casal, mais alumiada ainda por essa promissora estrela que foi D. António Maria, nascido, segundo rezam os registos paroquiais coevos, em 30 de Junho de 1844, no conturbado reinado da senhora D. Maria II. Filho único, foi-lhe dada instrução sólida e rigorosa, com o prestigiado abade Santos, de saudosa memória. Teria, quiçá, frequentado a Universidade, não fora a sucessão de desgraças que, então, se abateu sobre a sua tão ilustre família.

Ora, sucedeu que, em 1860, faleceu D. Ana da Trindade, vitimada por terrível enfermidade (nunca se chegou a saber a sua identificação, mas crê-se haver sido febre-amarela). O viúvo sentiu amargamente o passamento de sua esposa, e definhou, definhou rapidamente, que foi um rápido

enquanto subiu ao Céu, também ele. Assim ficava, sozinho e pleno de responsabilidades e de incumbências, D. António Maria.

Porém, antes do passamento, D. Henrique instruíra bem seu filho, dotando-o dos fundamentais conhecimentos sobre as *leges artis* da gestão empresarial. De tal maneira o morgado os apreendeu que, no seu leito de morte, o fidalgo expirou soltando a seguinte e peremptória afirmação:

- Minha casa não se afundará!

E, de facto, uma vez cumprido o luto, D. António Maria entregou-se de alma e coração à boa chefia do seu património. Admirava a obra desenvolvida por seu pai, o qual aplicara inovadoras tecnologias inglesas. Apenas em um ponto diferia deste: D. Henrique usara sempre de grande complacência para com os empregados, tratando-os fraternalmente e promovendo, até, longos jantares de confraternização, onde marcava presença; mas seu filho pensava diferentemente, e tratou de impor uma férrea disciplina, um regímen laboral que raia-